



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Guarda-Mirim – Rua Orestes Medeiros Pulim, 94

Data: 02/06/2016

Horário: 8:30

1 Aos dois dias do mês de junho de 2016 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos
2 Direitos da Criança e do Adolescente na Guarda Mirim de Londrina. Após verificação do quórum, e
3 aguardado o tempo de espera para a segunda convocação, Magali iniciou com a apresentação dos
4 participantes da Reunião. A Reunião teve como ponto de pauta único o Fundo Municipal dos Direitos
5 da Criança e do Adolescente. Denise Caldeirão, representando a Comissão de Fundo, esclarece que a
6 comissão propôs esta pauta, visto as inúmeras dúvidas das entidades e as ações que a Secretaria de
7 Assistência Social tem desenvolvido e desencadeado para melhoria do fluxo para liberação dos recursos
8 e que são importantes ser socializados. Telcia complementa esclarecendo como a Secretaria de
9 Assistência Social está organizada para gerenciar os recursos provenientes das destinações às entidades
10 através do imposto de renda e de sentenças judiciais. Cabe à Secretaria de Assistência Social a parte
11 inicial, em seguida os processos são encaminhados para outros setores da Prefeitura Municipal de
12 Londrina responsáveis pela análise e aprovação dos convênios. Gisele Tavares, Diretora de Gestão e
13 Planejamento da Secretaria de Assistência Social, faz a apresentação do fluxo para a formalização dos
14 convênios. Coloca que a Secretaria tem se empenhado para aprimorar o sistema, de forma que ele possa
15 ser cada vez mais ágil e transparente quanto aos processos de destinação de recursos. Sr. Lino traz a
16 discussão iniciada no ano passado sobre a falta de agilidade na liberação dos recursos e sobre o
17 impedimento de que o recurso possa ser utilizado para reformas e construções. Gisele esclarece que não
18 se trata de lei municipal, mas de uma resolução anterior do próprio CMDCA, baseada numa orientação
19 do CONANDA. Telcia complementa que o CONANDA fez uma orientação e que os municípios têm
20 autonomia nesta decisão. Propõe que seja trazido no âmbito do CMDCA as legislações pertinentes e
21 discutida a proposta de alteração. Cabe a comissão de fundos organizar esta pauta. (Fluxo anexo).
22 Tércia coloca que o CMDCA também precisa estabelecer seu prazo interno para análise dos projetos e
23 sugere que o Conselho provoque uma portaria intersecretarias que formalize os prazos já pactuados.
24 Gisele apresenta as contas do Fundo e o saldo. Edson, técnico de informática da Secretaria de
25 Assistência Social, apresenta o sistema da Campanha Futuro Criança. Apresenta e esclarece dúvidas na
26 parte do contribuinte. Em seguida mostra o sistema para consulta da situação de cada entidade.
27 Esclarece que esta parte do sistema está sendo aprimorada a pedido da Gerência de Convênios e, como
28 está em fase de ajustes, o acesso está restrito ao setor administrativo da Secretaria e do CMDCA e para
29 a Comissão de Fundos, para posteriormente ser disponibilizado para o acesso de todas as entidades.
30 Alexandra questiona se é possível hoje ser publicado os saldos de cada entidade e do Fundo. Gisele
31 esclarece que precisam de alguns ajustes para divulgar o valor do Fundo, mas que o valor de cada
32 entidade é possível sim ser divulgado. Com relação ao saldo do Fundo, Clarice Junges fala da
33 importância de serem abertos editais que atendam as demandas por serviços na área da infância que o
34 plano decenal vem apontando. Neusa Tiba coloca que é importante que o dinheiro possa ser investido
35 em campanhas e capacitações e que o CMDCA está parado neste sentido. Alexandra concorda com
36 Neusa, mas aponta a dificuldade do Conselho em saber o saldo real do Fundo para planejar estas ações.
37 Gisele coloca que estão neste momento de ajustar este dado e a proposta é estarem junto com a
38 Comissão de Fundo para este detalhamento e divulgação dos valores. Aproveitando a pauta sobre o
39 Fundo, Gisele apresenta, dentro da proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social para 2017,
40 a estimativa de arrecadação a partir da destinação do Imposto de Renda, as previsões de despesas em



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

41 obras e equipamentos e em outros elementos de despesa. **Relato das Comissões** - Comissão de
42 acompanhamento dos conselhos tutelares: Magali coloca que havia uma reunião agendada com os
43 presidentes dos Conselhos Tutelares, CMDCA e o Ministério Público, porém o Ministério Público
44 avaliou que não é necessária a participação deste órgão, desta forma a reunião foi cancelada. Será
45 agendada nova reunião entre os presidentes dos Conselhos Tutelares e a comissão de Acompanhamento
46 dos Conselhos Tutelares do CMDCA. Comissão de Cadastro: Alexandra relata que analisaram as
47 seguintes solicitações: CEI Guiomar Moreira – favorável à renovação do cadastro, porém faltam
48 algumas documentações, será encaminhado ofício; CEI Menino Jesus – será encaminhado ofício
49 solicitando documentações pendentes; ESPRO – será agendada visita in loco; PROREV – Após
50 realizada a reunião com a instituição concluiu-se pelo indeferimento do pedido de registro por ausência
51 de condições de sustentabilidade e necessidade de adequação do serviço prestado, conforme a
52 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (resolução CNAS/2009); Casa do Bom
53 Samaritano - aprovada atualização do cadastro; Organização Viver – a comissão é favorável à
54 atualização do cadastro, condicionada à apresentação de um documento pendente. Comissão do Plano
55 Decenal: Clarice informa que as reuniões mensais têm acontecido e o trabalho tem sido elaborado, em
56 breve trará para a plenária alguns resultados deste processo. **Informes:** Magali esclarece o problema
57 que tiveram no dia 27 para a distribuição de brinquedos que foram doados pela Receita Federal ao
58 CMDCA em anos anteriores, será vista nova data e novamente divulgada. Clarice informa sobre o
59 convite que o município recebeu para o “Lançamento do Sistema de Informação para a Infância e
60 Adolescência – SIPIA CONSELHO TUTELAR e Capacitação do Sistema no I Simpósio de
61 Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e VI Encontro Nacional de CREAS” nos dias 21 a
62 24 de junho. Alexandra aponta a importância de já ser deliberado pela indicação de participação, pois
63 não haverá tempo hábil posteriormente. Ficou definido a participação de um representante do Conselho
64 Tutelar, um representante do CREAS (Cristina Fukumori) e um conselheiro de direito governamental
65 (Clarice Junges). Magali informa que na próxima quinta-feira dia 09 de junho haverá reunião
66 extraordinária do CMDCA. Patrícia Cruzelino divulga que em 16 de junho haverá audiência pública em
67 Curitiba para debater a regulamentação da profissão do Educador Social. Alexandra fala da importância
68 de se realizar um evento local para a participação dos educadores sociais do município. Eloyr informa
69 que na semana anterior houve a audiência pública do orçamento criança na Câmara. Também informa
70 que participou enquanto CMDCA da audiência pública sobre as vagas em creches e que pretende trazer
71 para pauta do Conselho, pois é importante trazer informações e esclarecimentos. Não havendo mais a
72 ser tratado, eu, Adriana da Cruz Barrozo, lavrei a presente ata.



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

